



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007765-85.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **IP, BO - 164/2014 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 514/2014 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Alex Alves de Souza**

Aos 16 de abril de 2015, às 16:00h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **ALEX ALVES DE SOUZA**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Paulo Henrique de Souza e Marcelo Donizete de Souza, em termos apartados. Ausente a testemunha de acusação Claudemir dos Santos. As partes desistiram da oitiva desta testemunha. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: a ação penal improcede. Pelo que foi apurado o réu foi surpreendido em alta velocidade e só depois se dirigiu ao bar, onde segundo depoimento do policial militar, ele foi encontrado bebendo,. Assim, o laudo de embriaguez não pode ser usado, visto que não há prova de que no momento em que conduziu o veículo o réu estivesse com aquela taxa de alcoolemia; é bem possível que esta taxa de alcoolemia tenha sido resultante da conduta do réu que ingeriu bebida no bar após ter sido surpreendido dirigindo veículo, isto posto, requeiro a absolvição. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa reitera o pedido de absolvição. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. ALEX ALVES DE SOUZA**, RG 35.570.030/SP, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 306 da Lei 9.503/97, porque no dia 09 de fevereiro de 2014, por volta das 11h30, na Rua Osvaldo Denari, bairro Jardim Munique, nesta cidade, policiais militares constataram que o mesmo conduzia um veículo Honda Civic, placas CTC 9192, com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, apresentando-o a autoridade policial a qual determinou, com sua autorização, retirada de sangue para exame de dosagem alcoólica, cujo resultado apresentou uma concentração de 0,9 grama de álcool por litro de sangue. Recebida a denúncia (fls. 66), o réu foi citado (fls. 69/70) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 72/73). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição por falta de provas, sendo acompanhado pela Defesa. **É o relatório. DECIDO.** O réu está acusado de dirigir veículo sob influência de álcool. A prova indica que houve desentendimento anterior do réu com uma pessoa, por quem ele era acusado de estar dirigindo em alta velocidade. O policial que foi atender a ocorrência encontrou o réu bebendo em um bar. O réu nega ter dirigido alcoolizado. Explicou que após o entreviro com a pessoa que lhe acusou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

entrou no bar e lá foi encontrado bebendo. Diante deste quadro, justo é o pedido de absolvição. O exame de dosagem alcoólica foi realizado após o encontro do réu no bar. O grau alcoolemia não é exagerado, porquanto um pouco acima do que revela a embriaguez, que é de 0,6 g/l (fls. 9). Assim, diante da incerteza se esta embriaguez é derivada do consumo feito no bar ou de fato anterior quando o mesmo assumiu a direção do veículo, o resultado só pode ser a absolvição. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA e ABSOLVO o réu ALEX ALVES DE SOUZA**, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____ CASSIA MARIA MOZANER ROMANO, Oficial Maior, digitei, imprimir e subscrevi.

MM. JUIZ:

MP:

DEFENSOR:

RÉU: